



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

### **ATA Nº4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de setembro de 2022**

No dia trinta de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de trabalhos:

#### **1 – Período Antes da Ordem do Dia**

##### **1.2 – Expediente para conhecimento.**

##### **1.3 – Intervenções.**

#### **2– Período da Ordem do Dia:**

**2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 30 de junho, do ano 2022.**

**2.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

**2.3. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – Terceira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, terceira alteração modificativa ao Plano Atividades Municipais – Aprovação;**

**2.4. Contratação de empréstimo de médio e longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 1 539 878,99 €, destinado ao financiamento de investimento municipal, correspondente à contrapartida nacional – Aprovação;**

**2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2022. / Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – Para Conhecimento;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

**2.6. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União das Freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe, para alargamento e reparação de um caminho agrícola no lugar de Sabuzedo – Aprovação;**

**2.7. Pedido de apoio financeiro formulado pela União das Freguesias de Montalegre e Padroso, para despesas na limpeza de caminhos agrícolas – Aprovação;**

**2.8. Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Reigoso, para obras de beneficiação e pavimentação de diversos arruamentos na aldeia de Ladrugães, incluindo beneficiação do sistema de drenagem superficial e das tubagens de rega – Aprovação;**

**2.9. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2023 – Aprovação;**

**2.10. Definição da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2023 – Aprovação;**

**2.11. Definição da Participação Variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) – Taxa a Fixar para vigorar no ano de 2023 – Aprovação;**

**2.12. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2023 – Aprovação;**

**2.13. Minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – Aprovação;**

**2.14. 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montalegre para o ano de 2022 – Aprovação;**

**2.15. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 2º grau, para Chefe da Divisão Sócio Cultural e Educação – Unidade Flexível de 2º grau – Aprovação;**

**2.16. Plano de Comunicação para Emergência na Qualidade e Quantidade de Água para Consumo Humano – Aprovação;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

**2.17. Plano de Contingência para Situações de Seca – Aprovação;**

**2.18. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre;**

**2.19. Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, “Edifício de Finanças – Tesouraria (FRAÇÃO A)” – Para conhecimento.**

**2.20. Resinorte – Relatório de contas 2021 – Para conhecimento.**

### **3. – Intervenção do Público.**

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros, à exceção de Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, António Eduardo Santos, Nuno Pereira, Ana Paula Adão, Bárbara Matos e Vítor Carreira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior Olímpia Vinhas, José Ricardo Branco, António Eduardo Santos, Joana Barroso, Sílvia Carneiro, António Cascais, Bárbara Matos e Joaquim Moura.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Ana Isabel Dias, José Moura Rodrigues, Sandra Sousa e Fernando Capelas.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Face à ausência do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia propôs que a deputada Fátima Crespo integrasse a Mesa, proposta que foi aceite por unanimidade pela Assembleia.

### **1 – Período Antes da Ordem do Dia:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

### **1.2 – Expediente para conhecimento.**

Não foi recebido expediente.

### **1.3 – Intervenções.**

Inscreveram-se para intervir os deputados Hernâni Carvalho, José João Moura, Fátima Crespo, António Cascais, João Soares, Manuel Carrelo, João Carlos Rodrigues, Sílvia Carneiro, Alberto Fernandes, Sandra Gonçalves, Germano Batista e Catarina Gonçalves.

O deputado Hernâni Carvalho disse que vivemos tempos difíceis, exigentes e complexos. Vivemos a maior crise de sempre. Quando a Europa e o País se preparavam para levantar a cabeça, fomos assolados por uma pandemia que nos obrigou a reinventar e repensar a forma como vivemos. Quando se desenha um Plano de Resolução e Resiliência, mal esgalhado, na sua opinião, pois deixa de lado o minifúndio, deixa de fora o pequeno tecido empresarial e dificulta o acesso à bazuca prometida, quando se está nessa corrida contrarrelógio para implementar o Plano, somos assolados pela necessidade de combate às condições climáticas, pelo combate às emergências sociais que continuam todos os dias, fora da porta debatemo-nos com uma guerra que não é só da Rússia nem da Ucrânia. Já se trata de uma guerra à escala mundial, uma guerra que potencia uma crise energética, uma crise inflacionista que coloca toda a gente sem prever o que vem a seguir, uma guerra que tirou esperança a muitas pessoas de ter a primeira habitação, de ter acesso à banca, de ter acesso a um padrão de qualidade de vida que o projeto europeu prometeu e uma guerra que ameaça gerações futuras e vindouras.

Com este conjunto de preocupações, prevê um ano difícil e, contando que no próximo orçamento se preveja que haverá menos dinheiro e que tudo estará mais caro, quais serão as grandes opções que se começam a desenhar para o próximo ano, pergunta se teremos ou não de repensar alguns dos projetos, não esquecendo a marca do Partido Socialista, há que devolver rendimentos às pessoas pois funciona como estímulo e garantia económica. Lutar pela equidade e retirar àqueles que mais têm e mais produzem para dar oportunidade aos que menos têm funciona como bandeira económica, nomeadamente no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

desemprego, no aumento do Salário Mínimo Nacional, no aumento das pensões e sempre com a preocupação das contas certas e do controle da dívida.

Reforçou que se houve alguma coisa que este executivo fez de bem, foi o combate à pandemia, o apoio à economia local e a proteção da vida e da saúde, não esquecendo as pequenas empresas e minifúndios e o combate às alterações climáticas. Vamos aproveitar o que Barroso tem de bom, traçando um conjunto de medidas que possam alavancar esse mesmo combate.

Disse que viu com muito bons olhos a iniciativa do Município das Sextas-feiras Verdes e lançou o desafio de se ponderarem outros dias da semana para que haja controle de custos.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Começo por congratular-me com a avalanche de emigrantes que assolaram o concelho, após 2 anos pandémicos com restrições sanitárias, lembrando Montalegre noutras épocas, e sendo nossos embaixadores por esse mundo fora, devem ser mimados, de forma a manter a chama da saudade acesa e dando razão aos inquéritos que afirmam que pretendem regressar a curto prazo e voltar a viver em Portugal, o que é bom para a nossa economia local; bem como o maior investimento nas festas do concelho por parte do Município, levando a que o executivo municipal se desmultiplicasse para estar presente e posar para a fotografia, uma vez que foram tantas as festas e eventos, umas melhores outras piores, deixando no entanto o município à deriva em termos governamentais. À deriva na pouca água que existe nas nossas albufeiras, com reservas hidrográficas a atingir mínimos históricos na bacia do Cávado (34,3%), pois o executivo municipal nada fez contra esta gestão dos recursos hídricos, perante as Águas do Norte ou mesmo sobre a EDP, pelo excesso de produção de energia elétrica para compensar o fecho da central do Pego, decidida pelo Governo em Nov-2021, ao invés de outros concelhos, como o caso de Vieira do Minho, pois com os consumos a quadruplicar e sem gestão coerente dos recursos hídricos, associados à escassez de água, afetando os residentes, bem como os milhares de emigrantes e muitos turistas que se juntam nesta época do ano. Esta falta de água nas albufeiras, aliada à promessa mais uma vez não cumprida da reabertura das piscinas municipais este verão, levou centenas de Montalegrenses às piscinas municipais em Santo André. E foi necessário haver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

uma mudança da cor política da junta de freguesia para efetuar as obras há muito solicitadas a este executivo municipal, levantando muitas dúvidas a sua cabimentação orçamental, bem como a questão da vigilância sanitária da qualidade da água, bem como a questão fiscal da sua exploração. Esta falta de água, bem como a seca que assola o país, reflete também a falta de ideias e planeamento, que leva a que se desviem posteriormente água entre aldeias, provocando a revolta da população. E deve ser também pela falta de água que outras promessas eleitorais não se realizam, como as hortas municipais, o centro de recolha oficial de animais de companhia e a limpeza no rio Cávado, ficando esse ónus para a junta de freguesia de Montalegre e Padroso, quando noutros concelhos, o mesmo rio Cávado já começou a ser limpo, como em Barcelos, que irá abranger os limites do concelho, com a contratação de uma empresa, para durante um ano, remover, limpar e depois conter as principais espécies infestantes das águas do rio, com o custo aos cofres da autarquia de 74.500 euros. Esta seca é transversal dentro do PS, pois no governo assistimos mais uma vez a uma inércia e inépcia, com desmentidos entre ministros e falta de tomada de medidas macroeconómicas que ajudem os portugueses a sobreviver dignamente a esta escalada de perda de poder de compra. Atribuem 125 euros AD HOC a todos os contribuintes com a situação contributiva regularizada, independentemente dos seus rendimentos, como se isso fosse resolver os seus problemas a curto e médio prazo, à custa dos pensionistas, lembrando o título de um filme dos irmãos Coen, “este país não é para velhos”. Mas nem para velhos nem para novos, pois sem a diminuição do IVA na energia, bem como sem a diminuição do IRC e ISP, conforme defende há muito tempo o PSD, o problema mantém-se e os portugueses além da ameaça nuclear a que estão sujeitos por parte da Rússia, estão agora a saque desta política socialista, com a agravante da relutância em taxar os lucros extraordinários das empresas de energia, à revelia do que acontece noutros estados membros. E o PS diz-se um partido de esquerda, mas aonde está essa doutrina e Política que não aumentou os salários na função pública na ordem dos 4% nem as reformas dos pensionistas, conforme defendeu o PSD, mas tem mais 600 milhões de euros do PRR para injetar na TAP, além dos 3 mil e 300 milhões já gastos, para depois a privatizar? Esta política de queixumes, remendos e algoritmos que devassa o país e demonstra mais uma vez que só o PSD é que tem estofos para governar em épocas difíceis. Assim foi com Sá Carneiro, assim foi com Cavaco Silva e assim foi com Passos Coelho. O mesmo Algoritmo socialista, copiado aqui em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Montalegre, com derrapagens orçamentais de 120 mil euros na última prova de Rallycross, mais 50 mil euros do que a verba para limpar o rio cavado Sr. Presidente, no entanto, quando proposto pelo PSD dar um subsídio especial aos produtores pecuários para fazer frente à seca e ao aumento dos custos de produção, o algoritmo não permitiu, alegando restrições orçamentais. Um algoritmo que em 2017 procedeu a obras de requalificação de um estádio de futebol, com um valor de 300 mil euros, mas esqueceu-se das medidas regulamentares da Federação Portuguesa de Futebol, o que leva a esse clube ser premiado depois das conquistas tanto no campeonato distrital como na supertaça, com uma dotação orçamental menor do que outros aquando no mesmo campeonato e ter de jogar fora do concelho, quando temos aqui na vila um estádio municipal com as medidas adequadas, do tempo em que o PSD estava à frente dos desígnios deste pobre concelho e com o melhor relvado da liga 3 na época passada. Este algoritmo mais parece uma prova dos nove, fora nada para muitos, pois as empreitadas são sempre atribuídas às mesmas empresas.

Mas Sr. Presidente e senhores deputados. A culpa disto tudo é do PSD. Nós com a nossa postura crítica e fiscalizadora é que temos a culpa. O PSD há muito tempo que alerta para estas decisões grotescas e vai continuar a por em primeiro lugar as pessoas e tudo faremos para que isso se torne realidade. Vocês ganharam as eleições e são vocês que estão a governar o concelho, e deveriam prever, planear e agir de modo a resolver os problemas e a colmatar as dificuldades dos municípios. No entanto, o PSD está aqui para ajudar, e estando atentos à situação política nacional, defendemos as medidas tomadas pela ANMP de propor ao governo uma redução de 5% do IVA da energia e tomada de medidas extraordinárias de apoio aos municípios, desde que essas verbas sejam direcionadas diretamente para as famílias e para os agricultores e empresas, sob pena de ficarmos mais isolados e mais inábeis. E nos dados do Portal Mais Transparência, que divulgou a distribuição do investimento por regiões do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) à data de 22 de agosto de 2022, verificamos que na CIMATB os Valores aprovados para Chaves 17,4 milhões de euros, Ribeira de Pena Valores aprovados 4,2 milhões de euros, Vilar Pouca de Aguiar Valores aprovados 1,3 milhões de euros, Valpaços Valores aprovados 543 mil euros, Boticas Valores aprovados 339 mil euros, e em Montalegre, e Sr. Presidente e Srs. deputados pasmem-se, pois são apenas 174 mil euros Valores aprovados, e o valor gasto, que corresponde às despesas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

elegíveis e validadas, que são consideradas necessárias para a execução satisfatória do projeto, apenas 33 mil e 500 euros. Está na hora de arregaçar as mangas e aplicar a célebre expressão de Sá Carneiro proferida em novembro de 1975: “aquilo que temos para vos dar é o suor do nosso trabalho, a esperança na democracia e na liberdade, e a certeza de que não deixaremos de lutar na defesa dos interesses dos portugueses”. Hoje, passados 47 anos, nunca esta frase foi tão atual.

E termino congratulando-me, mais uma vez, com o seu parecer negativo ao Pedido de prospeção e pesquisa de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros - VISO MNPPP482, pela FORTSECUE Portugal, que abrange os concelhos de Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Fafe, bem como a zona sudoeste da freguesia de Salto, no nosso concelho. Saudámos assim a mudança de posição dos eleitos do PS Montalegre, que finalmente vai de encontro com o que a oposição tinha desde há muito tempo defendido e que esta mudança de postura não esteja apenas relacionada com a preferência pelo promotor LUSORECURSOS, aliás, a única empresa que o PS conseguiu cativar para Montalegre nestes últimos 32 anos de gestão autárquica, mas sim, pela defesa daquilo que mais amamos, prezamos e nos enriquece: o nosso património geográfico e agrícola mundialmente reconhecido. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados, estimado público.

Vou começar por parabenizar o executivo camarário por tantas e tão diversificadas atividades, proporcionadas aos nossos emigrantes e a todos aqueles que estiveram connosco neste verão.

Foram espetáculos culturais de grande nível desde o Jazz à magia, ao teatro, aos concertos, ao desporto, etc, que fizeram as delícias de todos.

Mas são três os aspetos principais que eu quero realçar e, obviamente, dar os parabéns à Câmara pela sua ação no âmbito educativo, social e no apoio à família.

No âmbito educativo, tendo como principal a inclusão educativa e social das crianças e jovens, o programa “Mexe-te nas férias” juntou, ao longo dos últimos meses, mais de 250 crianças, este ano com o atrativo de ter apresentado atividades direcionadas às crianças dos 3 aos 6 anos. O sucesso desta iniciativa





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

resultou da necessidade de congregar esforços, tendo como parceiros os auxiliares educativos das escolas, as Associações de Bombeiros de Montalegre e Salto, as Juntas de Freguesia de Viade e Salto, o Ecomuseu de Barroso, o projeto CLDS e a CPCJ de Montalegre. De realçar, ainda, o grande apoio às famílias que trabalham e não têm com quem deixar os seus filhos em segurança e com atividades interessantes que potenciam o sucesso escolar e a valorização cultural das crianças e jovens.

No Apoio à Família, com a atribuição de 600€ a cada criança do concelho, desde o nascimento até aos 3 anos de idade, a que se segue o apoio ao 2º filho até aos 12 anos, a atribuição de bolsas de estudo no valor de 1800€ por ano, as refeições gratuitas, a atribuição dos cadernos de fichas de atividades a todos os alunos pertencentes a agregados familiares carenciados, o transporte gratuito para todos os alunos e o apoio nas atividades propostas pelas escolas é obra! Todo este esforço é significativo no orçamento da Câmara, mas ainda mais no das famílias, possibilitando que todos tenham as mesmas oportunidades.

No apoio social, podemos dizer que tudo o que existe teve o apoio da Câmara, quer na sua criação, quer no financiamento para obras e equipamentos para todas as IPSS's do concelho, a que se junta agora o grande investimento da CERCIMONT com a construção do lar/residencial e CACI (centro de atividades). De referir que também aqui se inclui o apoio dado aos Bombeiros e que serve toda a população.

Os barrosões devem estar gratos por todo este esforço despendido pelo Município a bem das crianças, dos jovens, dos idosos e da população em geral. Da minha parte, resta-me agradecer e, mais uma vez, dar os parabéns ao Executivo. Bem hajam!

Merecem ainda destaque as Juntas de Freguesia e as Associações que puseram mãos à obra e ofereceram aos seus munícipes momentos culturais de grande nível. Uma palavra de reconhecimento à minha Freguesia pelas atividades realizadas com empenho e excelente organização. Vou referir, apenas, o Congresso de Medicina Popular que primou pela qualidade das intervenções que foram do melhor. Parabéns a todos! Assinado, Maria de Fátima da Silva Crespo."

O deputado António Cascais entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais: as contingências climatéricas verificadas nos últimos anos têm-se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

caraterizado por períodos de seca extrema, resultando na exiguidade da água a vários níveis, nomeadamente no seu abastecimento às populações.

A gestão da água passou assim a ser uma preocupação maior para entidades nacionais, regionais e autarcas municipais, sendo estes os primeiros a ser atingidos pelo clamor das populações em cujas localidades secam as torneiras no pico do verão e, já em algumas aldeias, noutras estações do ano. Acudir a tais emergências é tarefa árdua.

Daí que os representantes das organizações ambientais, do governo ou das autarquias se esforcem, e bem, no apelo a uma criteriosa utilização da água e tentem alertar a consciência de todos contra o seu esbanjamento.

As prédicas, oriundas de algumas organizações especialistas e “opinion makers”, enveredaram pela inventariação das atividades mais consumidoras da água. E, então, uma quota de responsabilidade vem cair, como sempre, sobre quem labuta no setor primário e não tem exposição mediática. Acusam a pecuária de ser responsável pelo maior consumo de água, o agricultor de subsistência da rega de produtos hortícolas, a deslocação de nascentes para utilização das necessidades humanas, enfim, até o hambúrguer, que muitas vezes basta para uma refeição, precisa de 3.500 litros de água, dizem tais entendidos. Todos reparam no bife que come o pobre.

Também o senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre fez apelo aos munícipes para uma criteriosa gestão do consumo de água, apelo esse profusamente difundido através da rádio Montalegre. Tudo bem!... Contudo os argumentos utilizados merecem a minha discordância e censura quando referiu que se rega por causa de mais um kilo de alface ou de feijão e que o homem desvia águas das suas nascentes naturais para sua utilização. Ora este discurso não condiz com as práticas da Câmara, pois tem nascentes outrora utilizadas no abastecimento de água à vila de Montalegre, e agora sem utilização, a jorrar água em vários pontos da vila sem qualquer aproveitamento e no pico do verão todos os dias se viam as rotundas a ser regadas. Ora isto não condiz com o apelo feito e não são exemplo para as pessoas seguirem, na media que não “bate a bota com a perdigota”. Assinado, o deputado municipal António Cascais.”

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “O que me traz aqui hoje? Permita-me Sr. Presidente, que eu faça a minha “Declaração de Interesses”, ou seja, diga ao que venho: na última sessão deste Órgão, realizada no Auditório do Multiusos, quando chamado à tribuna pelo Sr. Presidente, “tem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

a palavra João Soares”, e, enquanto me encaminhava ao palco, alguém, de entre os presentes, balbuciou, em tom de enfado: “mais um sermão para adormecer!”. Foi em tom grave, em reduzidos decibéis, mas suficientemente audível por mim e não só! Fiquei triste, confesso, e no momento, entendi não reagir, guardando para a Assembleia seguinte.

Acontece que a Assembleia seguinte, a última, já realizou neste Nobre Salão, onde as cadeiras não têm o respaldo dos braços e eu temi que, usando da palavra, poderia, eventualmente, pôr em risco a integridade física de alguém, para quem a minha palavra tem poderes desconfortavelmente ansiolíticos! Pasmese!

Portanto, é hoje! Devo dizer que desconheço, em absoluto, quem tenha sido o autor de tão grosseiro gesto, de uma vileza extrema.

De duas, uma: ou quis atingir a pessoa ou o elemento político desta casa de democracia.

Tenho a dizer: se foi a pessoa, esteja tranquilo! O meu tempo de sermões foi curto, de apenas dois anos e meio e já lá vão 55 (mais de meio século!) que a oratória sagrada não faz parte da minha agenda de trabalho, por uma questão de dignidade, de coerência e moralidade, valores que me prezo de cultivar e manter enquanto por aqui andar, à face da terra.

Se foi o elemento desta Assembleia o alvo a atingir, aqui fica dito o seguinte: já tenho mais de 3/4 de século, resvalando para a última etapa do plano inclinado da vida e, perante o desrespeito daquele comentário, só tenho que seguir os ditames da minha consciência que me impõe o dever de não me apagar da terra sem dizer o que me vai na alma, magoada, para memória futura e em jeito de testamento espiritual.

Nasci em Terras de Aguiar e vivo na Terra Fria: neste País Barrosão que me acolheu e adotou e onde convivo bem com a felicidade dos meus concidadãos. Este apagado escrevinhado de mensagens políticas e democráticas (para alguém, os ditos “sermões”) é um transmoutano de gema, de berço, pela infância, pela adolescência, pela formação e cultura.

Aqui vivo, onde o mato é bravo e a natureza é bela; os lobos ainda uivam e a vista e o pensamento se descontraem, num êxtase repousante, pelas serras da Cabreira, barroso, Gerês e Larouco, cujos cumes altaneiros se babam, durante os frios invernos, com as neves refulgentes, trazidos pelas correntes gélidas do Norte!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Com este ADN, sempre falei, onde quer que fosse, e falarei, onde quer que seja, com a franqueza e a abertura de alma de um transmontano. A linguagem usada é a minha e a do povo a que pertenço simples, sincera e direta. Nem eu saberia falar outra.

Para além da sabedoria do Povo que me ilumina, encontro em Bertrand Russel a expressão filosófica do meu ideal, na maneira de encarar o homem como ser pensante e socialmente útil.

Assim sendo, falei, falo e falarei sempre para alertar, para acordar e não para adormecer. Por isso, na linha da frente do meu pensamento, estará sempre Democracia, numa Demagogia. Esta, sim, é que serve para adormecer.

Quero continuar a viver nesta terra, celebrada por Ferreira de castro, admirada por Camilo Castelo Branco, peregrinada por Miguel Torga, endeusada por Bento da Cruz, cantada e imortalizada por Monsenhor Minhava onde a franqueza, a hospitalidade e o respeito pelo outro continuem a ser a matriz deste Povo, acordado, sim, para a Democracia e não adormecido pelos arautos da Demagogia, que já, por aí pisam terreno!

Acordados, guiados de democracia, continuaremos a ser o País Barrosão do “Entre quem é!”

Adormecidos, seduzidos pelas propostas inelviantes da Demagogia, corremos o risco de ver aquele tão querido, tão nosso dito proverbial, gesto de cidadania hospitaleira, ultrapassado, conspurcado e substituído pelo demagogo: “Entre quem chega!!”. Aqui estarei até que a voz me doa.

Alguém adormeceu? Peço desculpa. Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado Manuel Carrêlo entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras representantes da Mesa da AM, Senhoras e Senhores deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, excelentíssimos vereadores, estimado Público.

Para que Vossa Exa. Sr. Presidente não acuse a oposição de apenas apresentar críticas e diga-se em abono da verdade, que esta Assembleia tem conhecido nesta oposição a crítica construtiva, autêntica, verdadeira e civilizada, deixo aqui e em especial em nome dos comunitaristas, de Barroso, que represento, um contributo, sério, honroso, atrevido e sustentável, com vista ao futuro da nossa região.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Ao se falar em desenvolvimento do concelho, não podemos esquecer para o bem e para mal, o nosso património histórico, político económico e social, das suas vicissitudes, erros, natureza e poder transformador e evolutivo que o comunitarismo contém em si mesmo.

O comunitarismo, que na ideia de alguns pretensos iluminados o julgamos ultrapassado e apesar de ter em Aristóteles, na antiguidade o seu principal mentor. É hoje e graças aos pensadores comunitaristas da década 80, um fator de aperfeiçoamento da vida política na democracia, que exige uma cooperação social, um empenhamento público e a participação política de todos, formas de comportamento que ajudam ao enobrecimento da vida comunitária.

o comunitarismo do passado recente, teve na ditadura de cerca de 50 anos e na igreja do imperador Constantino anticorpos que impediram a sua construção em liberdade. Isso não significa que tenhamos que delapidar esse património e não se mobilizem as comunidades rurais para a construção de uma sociedade moderna, revolucionária e de sustentabilidade RÉS NON VERBA, privilegiemos então as obras em prejuízo das palavras, sabendo que não será possível o virar de página no nosso concelho se não formos ao encontro das origens.

É necessário saber quem somos, de onde viemos e para onde nos dirigimos:

1 - Para nos ajudarmos nesta pesquisa, de onde vimos, defendemos a introdução do galego nas disciplinas curriculares das nossas escolas, não fossemos nós raianos, partilhemos tradições milenares com a Galiza, fomos e continuamos a ser a mesma gente e o mesmo povo. Não vislumbramos, qualquer inconveniente, bem pelo contrário, em aprender a língua que nos irmana à semelhança do que aconteceu com o Mirandês, no planalto de Miranda do Douro.

2 - Introdução nas escolas locais, temáticas como defesa do ambiente, cidadania, proteção civil, regras comunitárias, sobretudo o conceito de FIB (Felicidade Interna Bruta)

3 - Identificar o nosso sistema produtivo, as relações de produção que as caracteriza e as relações sociais que estabelece...tendo em vista o relacionamento dos homens com os animais e a natureza.

Também aqui é de crucial importância o papel das escolas e dos serviços agrícolas locais.

É preocupante não existir qualquer tipo de estudo das aptidões culturais dos nossos solos do clima e das respetivas culturas. Por outras palavras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

não existe sequer um ordenamento de culturas agrícolas na nossa região! das inúmeras potencialidades que tem o barroso certamente merecem aqui alguma referência só a título de exemplo os casos do mirtilo e do medronho. O que não seria se existisse um estudo sério e profundo sobre a região do barroso.

3 - Os comunitaristas sugerem, ações de formação, palestras, programas de utilidade pública na comunicação social como é a rádio Montalegre, sobre os temas de desenvolvimento agrícola.

Promoverem-se viagens de estudo com Agricultores, por exemplo à Suíça para verem como se faz agricultura de montanha...Na Suíça não há litoral e não se queixam da interioridade.

Bem aqui ao lado, na vizinha Espanha, o papel que desempenha o cooperativismo, sobretudo estudar bem o fenómeno Marinaleda Andalusia. Um caso de socialismo democrático.

Sem o desempenho do sistema educativo não haverá desenvolvimento.

4 - Fomentar a agricultura de grupo...isto é dar todas as condições para que os agricultores operem em conjunto, ou juntem produções. Entenda-se por condições, o financiamento dos seus projetos, isenção de impostos, apoio aos fatores de produção, ao cooperativismo e a outros fatores que contribuam para o mesmo fim.

5 - Finalmente a maior riqueza do barroso, para além da água, os baldios.... É a estrutura que garante o futuro da vianda de carne da nossa região, de qualidade apreciada e reconhecida em todo o mundo, são ainda reserva da matéria orgânica para as produções biológicas e para além de outros subprodutos, a garantia da nossa biodiversidade.

Que todos os baldios sejam administrados pelas juntas de compartes e se evite a promiscuidade por uma questão de isenção e deontologia política, com as Juntas de Freguesia. Para o caso de não haver comissão de compartes, seria de todo imperativo, porque insuspeito, serem escolhidos de entre os membros da Assembleia de freguesia e não da responsabilidade direta do corpo diretivo das Juntas de freguesia. É de crucial importância que se evite a gestão dos baldios por empresas privadas...que o território seja desfrutado pelas populações e que as populações sejam felizes!

Termino fazendo jus à oposição sincera e em jeito de roda pé, parabenizar a autarquia pelo excelente gosto musical com que brindou os barrosões nas festas de verão especialmente o Jazz in Douro, que poderia muito bem ter honras de Broadway. E ainda ao longo do ano com a Ópera Nabucco. Como vê Sr.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Presidente a oposição também reconhece quando as coisas são feitas com qualidade. Pelo Comunitarismo, por Barroso, por Montalegre!” Assinado, o deputado municipal Manuel Carrelo.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Hoje quero aqui evocar o bicentenário da aprovação da 1ª Constituição de 1822, elaborada pelas cortes constituintes e que foi perscrutadora de direitos que atualmente são tão “naturais” como o ar que respiramos.

Foi a primeira lei fundamental aprovada por deputados eleitos em eleições gerais que estabeleceu ainda pela primeira vez a noção de cidadania, a soberania da nação, o regime de liberdades individuais e os princípios do governo representativo. A passagem, portanto, de súbditos a cidadão.

Ao 1º constitucionalismo liberal devemos o estado de direito, devemos-lhe a ideia de soberania nacional, o princípio representativo, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, a igualdade perante a lei e de um parlamento com poderes próprios e legitimação eleitoral.

Abriu-nos as portas para abolirmos o que antes, na monarquia, remetia para formas antigas de legitimidade e exercício de poder.

Depois, estendemos a legitimidade eleitoral a todos os órgãos de soberania, clarificamos a separação de poderes, evoluímos na igualdade civil e avançamos na laicidade.

Fomos ao encontro da democracia política, liberal, propriamente dita. Ao sufrágio universal, secreto, igual, direto e periódico, na não discriminação, mas também de encontro à democracia económica, social e cultural, escolhendo a democracia comprometida com a redução das desigualdades, a coesão social e o bem-estar. Desde esse primeiro documento escrito e passando por aquele que hoje nos rege, a constituição de 76, o caminho foi longo, por vezes espinhoso, mas sempre defendido e aperfeiçoado.

É por tudo isto que não se deve por em causa por oportunismos, por populismos ou por demagogias.

Infelizmente os valores fundamentais desses documentos são postos em causa todos os dias em vários pontos do mundo. Violações dos direitos humanos, restrições às liberdades e garantias, à coesão social, do direito à justiça, a intolerância, em suma, ataques às democracias.

Por isto, quero hoje aqui deixar o alerta a todos nós, os democratas de abril, por tudo que se vive na europa e no mundo, pelo crescimento dos extremismos, dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

populismos, pelas deliberadas violações dos direitos humanos, pelo ataque à paz e pelo desrespeito pela humanidade que temos que fazer mais, que temos que dar respostas às pessoas, não permitindo que todos os valores conquistados por nós e por muitos mais antes de nós sejam colocados em causa.

É importante não deixar proliferar a trilogia de Bolsonaro a Salvini, de Orban a Melloni – “Deus, pátria e família” – porque já hoje sabemos o que acontece onde isso é doutrina, sabemos ao que isso levou onde já não é, sabemos os sacrifícios que muitos foram sujeitos para ultrapassar essa fase negra da história, onde o fascismo causou miséria, pobreza, desigualdades, restringiu liberdades, prendeu e matou.

Temos, agora, mais um país liderado por uma pessoa neofascista convicta. E é só, tão pouco, uns pais do G7, ou seja, uma das 7 maiores economias do mundo. Não devemos por isso desvalorizar nem normalizar estes movimentos.

Devemos sim, combate-los sempre, desconstruir as suas retóricas, denunciar as generalizações que propalam, defender as instituições que por estes são descredibilizadas, e acima de tudo, defender sempre, o legado da democracia liberal que os primeiros constituintes nos deixaram e os do nosso tempo concretizaram. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A deputada Sílvia Carneiro entregou o seguinte documento à Mesa: “Caríssimos Presidente da Assembleia e da Câmara, Caríssimos Vereadores e Deputados, Caríssimo Público: A educação é a base das nações, a chave para um futuro mais esperançoso para todos. Assim reza a História, mas nem sempre o acesso à educação foi assegurado. Tive a sorte de nascer num tempo onde ir à escola era já uma realidade assegurada. A mesma sorte não bateu à porta dos meus pais e dos meus avós – era preciso trabalhar para fazer face à pobreza e à fome. A educação ficava para segundo plano. São tantas as gentes que, em jeito de murmúrio, me contaram sobre o sonho de terem estudado mais: alguns sonhavam ser professores, outros engenheiros, outros queriam apenas saber ler e escrever melhor.

Sempre me senti profundamente grata pela sorte que tive em poder seguir esse sonho: o de estudar. Mas não pensem que este sonho está ao alcance de todos os jovens e crianças do concelho. Se a fome já não é uma realidade, a pobreza ainda assola muitas famílias, uma condição que impede muitos jovens de Montalegre de frequentarem o Ensino Superior. E sê-lo-á cada vez mais. Com





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

os rendimentos constantes, a inflação a aumentar e o valor das rendas a disparar, frequentar a Universidade será um luxo.

Por estes jovens que sonham em estudar, é absolutamente imperativo que o executivo entenda que a Educação deverá ser uma prioridade estrutural no desenvolvimento do concelho. Não obstante, não podem, por um lado, colocar os holofotes na escola como elevador social, e, por outro, excluir do direito à educação aqueles que, por motivos socioeconómicos, se encontram impossibilitados de aceder à Universidade.

Falo-vos das Bolsas de Estudo atribuídas pelo Executivo Municipal para alunos do Ensino Superior.

Cabe-me, em primeiro lugar, parabenizar o executivo pela continuidade desta iniciativa que, a meu ver, se reveste de uma importância extrema, constituindo uma excelente medida de incentivo à formação de melhor capital humano no concelho, e que, com certeza, constituirá uma ajuda preciosa para as famílias que dela beneficiarem. Não venho aqui colocar em causa as boas intenções do município, muito menos a sua importância.

Não obstante, após ter analisado, cuidadosamente, o edital e os critérios de candidatura, que se mantêm rigorosamente inalterados face ao ano anterior, vejo-me obrigada a manifestar o meu descontentamento perante aquilo que considero uma injustiça - a exclusão do nível de Mestrado para fins de elegibilidade para atribuição das referidas Bolsas de Estudo, na medida em que:

1. A atribuição de Bolsas de Estudo faz-se, geralmente, por níveis de escolaridade. Note-se o exemplo das Bolsas de Estudo atribuídas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que englobam tanto o nível de Licenciatura, como o nível de Mestrado. Tal como consta do Despacho nº9138/2020 (2ª série), de 25 de setembro, que rege a atribuição destas Bolsas de Estudo, no seu Artigo 1.º relativo ao seu Objeto e âmbito e que passo a citar:

2. Na sequência do Regime de Bolonha, os cursos que eram de cinco anos, passaram a ser divididos em dois ciclos de estudos distintos: Licenciatura (de três anos) e Mestrado (2 anos). Não obstante, há situações intermédias, como é o caso das Licenciaturas com Mestrado Integrado. Neste sentido, estas últimas, estão abrangidas pelos critérios de elegibilidade apresentados, pelo que pode acontecer um aluno de uma Licenciatura com Mestrado Integrado que esteja a frequentar o quarto ou quinto ano (portanto, correspondente ao Mestrado), seja elegível para a referida bolsa de estudo, ao passo que, um aluno que se encontre a frequentar o quarto ou quinto ano do Ensino Superior, num Mestrado não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

integrado na Licenciatura, não seria elegível. Ambos os alunos retratados, se encontram na mesma situação, no entanto, o segundo aluno em questão sai manifestamente prejudicado ao ser excluído, por completo, deste processo de atribuição de Bolsas de Estudo.

3. No que respeita à obrigatoriedade de frequência, quer o nível de Licenciatura, quer o nível de Mestrado, constituem ciclos de estudo de cariz opcional, pelo que, a este nível, não se poderá afirmar que a opção exclusiva pelo nível de Licenciatura para fins de atribuição de Bolsas de Estudo foi baseada no cariz de obrigatoriedade do primeiro;

4. Na mesma linha do número anterior, também não se pode basear a escolha dos critérios na necessidade ou importância de cada um dos ciclos de estudo em questão, desde logo porque, como é do conhecimento geral, a obtenção do grau de Mestre é essencial para uma formação completa e especializada, sendo determinante no acesso ao mercado de trabalho em determinadas áreas.

5. No que concerne aos impactos socioeconómicos resultantes da pandemia Covid-19, estes atingiram não apenas os agregados familiares dos estudantes que frequentam o nível de Licenciatura, como também os agregados familiares dos estudantes que frequentam o 2º Ciclo de Estudos do Ensino Superior, pelo que este também não se apresenta como um critério distintivo razoável;

6. Por último, cabe referir que a inclusão dos estudantes que frequentam o 2º Ciclo de Estudos do Ensino Superior nos critérios de elegibilidade para fins de atribuição das referidas Bolsas de Estudo não resultaria numa injusta redução ou limitação de oportunidades para os já elegíveis estudantes de Licenciatura, desde logo porque, segundo consta do Despacho da Câmara Municipal que regula a atribuição de Bolsas, os critérios serão, por um lado, a situação socioeconómica do agregado familiar e, por outro, a aprovação e média obtida pelo(s) estudante(s) no ano letivo 2021/2022. Neste sentido, apenas seriam beneficiados os estudantes que, de acordo com a resultante da aplicação dos mencionados critérios, reunissem condições para tal.

Neste cenário, gostaria de apelar ao bom senso do executivo para a revisão futura dos critérios de candidatura às referidas bolsas de estudo, passando a incluir os estudantes de Mestrado ou, pelo menos, a esclarecer a situação dos estudantes integrantes de Licenciaturas com Mestrado Integrado, dando resposta aquela que considero uma tremenda injustiça.

Lembrem-se: a perfeição está longe da condição humana e o errar é expectável, mas é a capacidade de reconhecer o erro e de o consertar que nos, vos, define.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Um bem-haja a todos, Obrigada. Assinado, a deputada municipal Sílvia Carneiro”.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros desta Assembleia Municipal.

Tenho, como todos vós, pelo concelho de Montalegre e, em especial pela zona do Baixo Barroso, um sentimento forte de contribuir para o seu desenvolvimento, por isso estive à frente da Junta de Freguesia de Salto 24 anos! E agora encarei com espírito de missão as presidências da Associação Borda d’Água, que gere o Lar de Salto e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto. Bem como outros cargos de menor notoriedade em associações de Salto e do concelho.

Isto para dizer que devemos também inculcar aos nossos jovens gosto pela sua terra, pelas associações existentes, dar-lhes a conhecer novos locais, proporcionar-lhes atividades diversas para que o futuro seja melhor para todos. Foi o que fez o programa “Mexe-te nas Férias” que em Salto levou os meninos também aos Bombeiros, ao Lar, à Junta de Freguesia e aos Ecomuseus de Salto e Borralha.

Este verão, entre os dias 11 de julho e 31 de agosto, decorreu, por todo o concelho, o programa “Mexe-te nas férias”, uma excelente e importante iniciativa deste município que tem como objetivo a inclusão educativa, potenciando o sucesso escolar, o reforço de literacia básica e a valorização cultural das nossas crianças e jovens. Uma vez mais, um ano mais, este programa revelou-se um enorme sucesso. Tiveram dias de diversão, mas tiveram dias de visitas importantes a locais que os marcarão para sempre.

Como referido, este programa voltou a ser um sucesso! Nestes cerca de dois meses, as nossas crianças saíram mais ricas. Mais ricas, mais conhecedores, mais cientes da fortuna paisagística, cultural, entre outras, como fomos presenteados. É valorizando o que temos que se defende o que somos. E de certeza que as nossas crianças, num futuro próximo, fruto do trabalho efetuado nestes programas, serão mais capazes de defender e valorizar o que é viver em Barroso e o que é ser Barrosão.

Também, em boa hora, se iniciaram as obras de ampliação da escola de Salto onde serão criadas condições para melhorar o apoio educativo e enriquecimento curricular.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Lembro que este edifício escolar serve 83 alunos das freguesias de Salto, Ferral, Covêlo, Reigoso e União de Freguesias de Venda Nova e Pondras.

É com a aposta nos jovens que o nosso concelho terá um futuro melhor.

Está bem a Câmara Municipal de Montalegre ao avançar com estas iniciativas. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras.

Lamento informar a deputada Fátima Crespo que o PSD não está aqui para agradar ao Partido Socialista com os “discursos repetitivos e enfadonhos”, se as intervenções assertivas dos deputados da bancada social-democrata a cansam, temos pena. Vamos continuar a fazer o nosso trabalho. Lamento que a deputada não tenha lido as atas do anterior mandato para perceber que veio repetir aquilo para eu tenho vindo a chamar a atenção, a necessidade das atividades extracurriculares para as nossas crianças, assim como uma creche no Baixo Barroso.

Mas, o que me apraz hoje é a parabenizar as entidades e os funcionários que estiveram envolvidas nas atividades extra curriculares denominadas “mexe-te nas férias”, cuja Câmara Municipal é a principal promotora. O feed back por partes das crianças e dos seus educandos foi no computo geral positivo. É evidente que existem detalhes que podem ser melhorados e corrigidos, como por exemplo o planeamento das atividades e as refeições para todos os alunos sem exceção, acredito, tal como tem vindo a acontecer, muito devido à minha insistência e persistência sobre estes assuntos, que também estes serão problemas resolvidos a curto prazo. Esta tem sido uma das minhas principais reivindicações como deputada da bancada social-democrata, para que as crianças e jovens possam ter mais e melhores condições de viver no paraíso maravilhoso. Sem estes serviços básicos para que os pais possam trabalhar, muitos teriam de arranjar outras soluções, inclusive imigrar para as grandes localidades que oferecem estes apoios.

E este tem sido o grave problema do nosso concelho, o despovoamento. Anos de políticas erráticas e sem qualquer planeamento para fixar ou cativar jovens, sejam empreendedores ou não. Não admira que os bancos, os comércios, serviços básicos e essenciais encerrem portas, na maior parte do dia as ruas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

estão desertas e sem vida. O partido socialista de Montalegre é o único responsável por estas decisões políticas ruinosas para o nosso território. Para finalizar gostaria de chamar à atenção para a falta de sensibilidade por parte de quem está a fiscalizar a obra da Escola primária de Salto, assim como do empreiteiro, que não tiveram o devido cuidado de não ocupar a totalidade do espaço de recreio da escola. As crianças não têm onde brincar no exterior. Foi colocada a questão se o lar Nossa Senhora do Pranto, paredes meias com a escola, teria disponibilidade de ceder temporariamente, enquanto decorrerem as obras, o jardim e o espaço envolvente. Até à data ainda não obtiveram resposta. Seria pertinente solucionar esta situação. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

O deputado Germano Batista apresentou, em representação da União de freguesias de Montalegre e Padroso e do Grupo Municipal do PSD, a seguinte proposta de voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Manuel Lopes: “José Manuel Lopes, natural e residente em Montalegre, faleceu no dia 2 de agosto aos 88 anos depois de doença prolongada que o manteve acamado durante vários anos.

Cidadão respeitado pelos montalegrenses, desempenhou o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Montalegre, dando então provas da sua dedicação à nobre função de servir a causa pública. Dedicado a outras causas sociais, liderou o CDC Montalegre a que também dedicou o melhor do seu esforço contribuindo para a dinamização do clube e do desporto na vila. Tanto na vida pública como na vida privada, José Manuel Lopes impôs-se como cidadão trabalhador, solidário e dedicado a servir a vila e os Montalegrenses, pelo que é digno de ser distinguido por esta Assembleia.

Pelo exposto, a União de Freguesia de Montalegre e Padroso e o Grupo Municipal do PSD vêm propor um voto de pesar pelo seu falecimento, que peço que seja considerado e votado pela digníssima Assembleia. Assinado, o deputado municipal Germano Batista.”

A deputada Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados e demais pessoas aqui presentes. Começo esta minha intervenção, e peço desculpa deputada Sandra Gonçalves, a agradecer não só ao executivo camarário pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

desenvolvimento e melhoramento constante que tem empregado no Programa “Mexe-te nas Férias”, permitindo a integração de novas temáticas e maiores conhecimentos, mas sobretudo às equipas do Ecomuseu e às funcionárias das diferentes escolas que, pelo seu empenho e dedicação, foram a matriz essencial no sucesso desta medida. Aos “meus” permitam-me que lhes preste aqui o meu agradecimento!

As crianças puderam apender a divertir-se e os pais puderam manter, sem grandes alterações, os seus empregos e os seus compromissos. E devo dizer que a minha filha quis mais ir para a escola naquela altura do que agora! E quanto às refeições, pelo menos daquilo que é do meu conhecimento, não se recusou alimentação a ninguém desde que devidamente justificado o pedido. E aqui agradeço a disponibilidade da Associação Borda d’Água que se responsabilizou pelas refeições. Nenhuma criança ficou sem refeição.

De seguida, gostaria de enaltecer a atuação do Sr. Presidente da Câmara e dos seus Vereadores pela forma como abraçam as festividades e celebrações espalhadas um pouco por todo o concelho. A vossa presença é sinal de dedicação à população e às suas tradições e é, quanto a mim, verdadeiro sinal de honestidade!

A propósito de festividades, não poderia deixar de elencar aqui a Semana do Barrosão, realizada em Salto, nos dias 30 e 31 de julho, que, ainda que tenha sido feita numa versão mais intimista, a verdade é que foi um sucesso, não só fruto do empenho de algumas entidades, nomeadamente da Associação Nacional de Criadores de Gado de Raça Barrosã, dos Bombeiros Voluntários de Salto e da própria Junta de Freguesia, como de alguns produtores, mas essencialmente desta Câmara Municipal que com empenho tudo fez para que tudo pudesse resultar numa edição de sucesso, como verdadeiramente o foi!

Mas o maior sucesso é, na verdade, o apoio que esta Câmara também promoveu e promove, todos os anos, para fomento, para o desenvolvimento e para o alastramento da criação de gado de Raça Barrosã. O meu pedido é que esse apoio, não só ao evento, mas sobretudo à raça e aos seus produtores, se mantenha e, eventualmente, caso haja essa possibilidade e pela crise que se avizinha, o mesmo possa vir a ser reforçado.

Exemplar, Sr. Presidente, foi o investimento que você e o seu executivo fizeram em cultura, durante este verão. Com ele, permitiram à população o acesso a espetáculos, não só de música, como de teatro e de magia, como nunca antes se viram neste concelho. Depois de mais de dois anos de pandemia, foi como



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

se a vida pudesse tomar o seu rumo e com isso o convívio e a convivência pudesse novamente fazer-se sem restrições. Penso que foi um passo importante, não só para os comércios, mas sobretudo para as nossas gentes. O ideal seria que alguns desses espetáculos, nomeadamente, de teatro, pudesse chegar a outros pontos do concelho, porventura aos diferentes polos do ecomuseu, fica aqui o repto.

Ora, não posso deixar de partilhar convosco a alegria que, pessoal e institucionalmente sinto, em finalmente ver em andamento as obras de alargamento da escola primária de Salto, agradecendo o empenho do executivo na criação de medidas de minimização do impacto das obras, para toda a comunidade escolar, ainda que não possa deixar de sublinhar que o mais importante são as crianças e o seu bem-estar e que, por elas, este executivo, tenho a certeza, vai querer sempre melhorar. E a este respeito devo informar que a solução falada pela deputada Sandra Gonçalves foi estudada por parte da Vereação, mas o facto das crianças se intrometerem no espaço do lar diariamente não seria o mais saudável para os utentes do lar. A Câmara fez alguns arranjos no logradouro e para já, parecem poder responder às necessidades.

Passaria a apresentar-lhe um pedido, Sr. Presidente, um pedido de desculpa, pois, infelizmente, as obras realizadas em Salto, ou pretendidas para Salto, encontram sempre alguns retrocessos e contratempos e, se não me engano, quase sempre criados por alguém com as mesmas raízes que as nossas. Refiro-me às obras na Escola Primária de Salto e à construção do Complexo Desportivo.

Pois bem! Se a memória não me traiçoa, o Sr. Presidente já está com eles calejado e a comunidade que eu represento mais não espera da sua parte, e do executivo, do que uma postura de convicção e resiliência.

Estejam cientes de que se encontram no bom caminho, no caminho do interesse da população e das suas necessidades. Bem-haja. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Sandra Catarina Gonçalves.”

Posto à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todas questões colocadas por todos os intervenientes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que, relativamente ao programa das férias, já no ano 2011 havia publicações no site do município que se referiam ao “Campo de Férias”, como se chamava na altura o programa “Mexe-te nas Férias”. Já se faz há muito tempo e não se anda a reboque de ninguém. O mesmo se passa com a mineração. O PS guia-se pela própria cabeça, independentemente de ser a Lusorecursos ou outra empresa como se refere num jornal da terra e numa intervenção feita numa reunião de Câmara onde deu para entender que a Câmara tomou a posição que tomou só porque a Câmara tem problemas com a Fortsecue porque esta empresa é representada pelo advogado José Pedro Aguiar Branco. Iremos orientar-nos pela sua própria cabeça, com as mãos sempre no volante e com o olhar na estrada.

Elogiou as excelentes intervenções feitas nas assembleias e é sinal de que o futuro é promissor. O deputado João Soares já habituou toda a gente a trazer prestimosas intervenções que qualificam a Assembleia, qualificam quem as faz, qualificam o Partido Socialista e honram a democracia. Pessoalmente, reconhece-lhe esse mérito e está-lhe muito grato. Disse ainda que gostava de ter a performance tecnológica que tem o deputado Manuel Carrelo e com boas intervenções. Só é pena que há uns anos atrás o visse em determinadas militâncias e agora nesta bancada. Está a materializar o velho conceito de que os extremos se tocam. Já não é o primeiro comunista que vai parar ao PSD. A Zita Seabra deu o pontapé de saída, mas o PSD de 2022 está a ficar muito mancomunado com o André Ventura, é tempo de reconsiderar.

Sobre a questão da água, disse que o mundo e os seus governantes ainda não despertaram para este tema de forma a alterarmos o modo de fazer política e de estar na vida e no relacionamento com a natureza. Já dizia Zeca Afonso que “as forças da natureza nunca ninguém as venceu” e os exemplos vividos por esse mundo fora um dia também vão cair aqui. O homem não tem direito de canalizar para a sua casa água de três ou quatro linhas de água que sabe são para matar a sede aos animais. O homem tem que consumir água da rede, a que dá garantias de ter qualidade de ser potável e de obedecer a todas as regras. Caso não o faça, está sujeito a pagar as tarifas associadas ao serviço. Também é contra a rega da relva nas rotundas, mas às vezes os políticos têm que fazer coisas que não querem. Em sua casa o jardim não foi regado durante todo o verão, pois temos que ter consciência da crise que atravessamos. Todos temos que ter esta postura, ter consciência de que a água é um bem finito e alertar aqueles que cometem exageros.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Disse que, a pensar em diminuir o consumo da água, fez-se um determinado jardim que dispensava o consumo de água e as redes sociais da elite montalegrense fustigaram o Presidente da Câmara a dizer que só se preocupa com Salto.

Informou que a água de Sezelhe é uma das prioridades, mas cem milhões de euros não chegariam para resolver os problemas que existem. E sendo que a capacidade financeira é de 4 milhões de euros para todas as áreas de intervenção, aplicando esses quatro milhões de euros só na água, demorava-se 25 anos a resolver o problema, sendo que as condutas que se pusessem a funcionar hoje, daqui a 25 anos já estariam danificadas. É isso que se passa em Sezelhe. A água não chega, as pessoas fazem mau uso dela, a água tem que ser cortada e quando se liga a água vem com pressão e o tubo não aguenta.

Perguntou quem é que não se lembra do alarido que o PSD fez com a adesão às Águas do Norte. Será que ainda não houve tempo para perceber que o PS consegue sempre perspetivar as coisas muito antes do tempo e não anda a reboque de nada, nem de ninguém, perguntou. Se não tivesse havido essa adesão, o Rio Cávado não conseguiria abastecer a vila de Montalegre. Mais uma vez o PS soube agir antecipando-se à desgraça que vinha a caminho.

Sobre as bolsas de estudo, disse que é o apoio que a Câmara dá para que as famílias e os jovens possam chegar ao topo, que é a licenciatura. Na maioria, o mestrado e o doutoramento já é algo que cada um põe na formação de si próprio. O que qualifica uma pessoa não é o número de mestrados. É o número de licenciaturas no contexto da União Europeia e é esse esforço que o Município vai continuar a fazer.

Disse que na intervenção do deputado João Carlos Rodrigues só se esqueceu de dizer que a independência do Brasil esteve ligada ou associada ao liberalismo em Portugal.

Lamentou que já não haja comunitarismo no Barroso, mas deve ser por esse motivo que o Vereador José Rodrigues disse que o mundo rural já não tem futuro. Está escrito em ata, a propósito da cooperativa e dos apoios que a Câmara dá aos agricultores.

Informou que a CIM Alto Tâmega e Barroso acabou de conseguir a segunda bioregião em Portugal. A primeira é em Idanha a Nova. Um estudo estatístico diz que no Alto Tâmega, onde há três câmaras do PSD e três do PS, há vinte mil cidadãos com menos de 16 anos. Esta é a realidade do interior do país. Não é culpa do PS.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Sobre os eventos culturais, disse que o Município tem sabido privilegiá-los. A festa de Montalegre foi vista apenas com outros olhos, pois o investimento tem sido sempre o mesmo.

Em relação às obras da escola de Salto, informou que o órgão de gestão dos fundos comunitários abriu tardiamente os avisos para que se pudesse concorrer. Obrigatoriamente tem que se fazer concurso público e obedecer a prazos e regras e coincidentemente calhou no início do ano letivo. É um esforço que tem que ser feito e os responsáveis, enquanto o tempo está bom, podem trazer as crianças para o exterior e dar a conhecer as instituições locais e o seu funcionamento.

Deixou para último o comentário à intervenção do deputado José João Moura que traz sempre o facciosismo político e ideológico. É uma secura de ideias e um relambório de ideias que, exprimido, não dá nada, em que o PS não presta, em que o PS nada faz, em que o PS já está há muito no poder. Ao contrário do PSD, que o pouco que tem a falar é do tempo em que não havia água nas torneiras, não havia saneamento, não havia estradas. Não adianta navegar num mar onde a única barça é a sua porque se assim fosse o povo já teria tirado o PS da governação. Pediu-lhe que traga ideias, pois nunca lhe ouviu uma, mude chip, adapte o seu algoritmo ao século XXI e traga alguma coisa que convença. Não adianta dizer que a Câmara é culpada por não haver água nas albufeiras. Isso serve só para encantar meia dúzia que o possam ler nas redes sociais. A piscina de Santo André não tem nada a ver com cores partidárias. Foram lá gastos 150 mil euros e para que conste o Presidente da Junta era o Sr. António, eleito na lista do PSD. Mais uma demonstração de facciosismo. A limpeza do Rio Cávado não foi feita pela Junta de Freguesia. foi programada e feita pela Câmara e também não fica bem que o Executivo da Junta de Freguesia, persiga a funcionária pelo facto de esta ter pertencido à lista do PS. Isso não lhe fica bem.

Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os deputados Sandra Gonçalves, José João Moura, Manuel Carrelo e António Cascais.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Bem tentam tapar o sol com a peneira sem sucesso. No site do município existem inscrições desde 2010 no pavilhão multiusos, ou seja, as crianças do Baixo Barroso dificilmente iriam participar. Após 5 anos a incidir sobre o assunto só



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

hoje referiram a existência das mesmas desde 2010? No site do município não existe qualquer registo das atividades ou número de participantes, será que estas ocorreram? No entanto as minhas intervenções sempre incidiram no facto das atividades serem inexistentes no Baixo Barroso que só tiveram início nas férias letivas da Páscoa de 2018. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara.

Como pode depreender a oposição aqui presente é um grupo eclético, aberto a todos e com várias ideologias, como é o caso do nosso caríssimo Manuel Carrelo, uns mais experientes e outros mais irreversíveis, com liberdade de voto e prezando os nossos compromissos e promessas de melhorar a qualidade de vida dos Montalegrenses e o sr. Presidente com essa postura de atacar sistematicamente os militantes do PSD e hoje o Vereador José Capela, que não se pode defender segundo o regimento, demonstra que não está a ser o Presidente de todos os Montalegrenses e esquece-se que houve muita gente a votar na coligação Todos por Barroso nas últimas eleições autárquicas.

Relativamente ao facto dos eleitos do PS não gostarem das minhas palavras é porque elas estão a surtir o efeito pretendido, o de despertar a consciência, de modo a inverter a postura e conduta do município na defesa dos interesses do concelho e dos Montalegrenses. Assinado, o deputado José João Moura.”

O deputado Manuel Carrelo disse que pela primeira vez que deixou de votar no PS, está sentado no lado da bancada da oposição, fez questão de marcar a sua independência e não perde nada com isso. Ideologicamente, o PS e o PSD são sociais democratas, o socialismo é propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado. Toda a gente sabe disso e para não falar de Basílio Hora, Freitas do Amaral e Sócrates. O seu contributo, enquanto membro da Assembleia, é para o bem de Barroso, para que se tente inverter a situação do êxodo de que estamos a ser vítimas.

O deputado António Cascais pediu para que se deixem as pequenas questões. Pediu ao Presidente da Câmara para deixar de fazer certas referências pouco abonatórias do ponto de vista pessoal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Demarcou-se do que o Senhor Presidente da Câmara disse relativamente à Junta de Freguesia de Montalegre. É um assunto sensível porque envolve pessoas por quem devemos ter o máximo respeito. Está a ser injusto e deve informar-se melhor do que realmente se passou com a funcionária pois este assunto roça a difamação.

O Senhor Presidente da Câmara disse que pode estar rodeado de maus informadores, mas não os tem como tal, pois se assim não fosse não falaria neste tema fora de tempo. No calor da política, por vezes é-se obrigado a dizer aquilo que não queremos. Aceita o reparo se for justo. Se não foi sério, nem justo, porque alguém o informou mal, vai tentar saber porque é que o desinformaram.

### **2 – Período da Ordem do Dia:**

#### **2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 30 de junho, do ano 2022.**

A ata da 3ª sessão ordinária, realizada no passado dia 30 de junho, foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade, sendo que o deputado António Cascais não participou na votação por não ter estado presente na 3.ª sessão ordinária.

#### **2.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Referindo-me à situação financeira do Município e ao cumprimento legal do plano de atividades pretendo que alguns reparos ao mesmo sejam esclarecidos, já que estamos a um trimestre do final do exercício de 2022 e quem analise em pormenor o decorrer da execução verifica que as previsões do executivo municipal e expectativas do eleitorado entram em confronto já que o prometido plano deveria ser cumprido e a execução do mesmo sem variações que possam ultrapassar o razoável.

Este plano apresentado foi aprovado pelo Grupo Municipal e executivo socialista, daí nada haverá a referenciar ou comprometer os restantes Grupos Municipais; têm maioria absoluta e põem e dispõem a belo prazer. Planear é executar com responsabilidade e na competência de fiscalização que nos é atribuída pela lei, parece digno de realçar o que a realidade apresenta.

Na questão de saneamentos o investimento continua a ser exíguo, planeados sem qualquer nexo “aquisição de sistemas de desinfeção” sem qualquer referência, mas com uma dotação de 100.000,00€. Nuns gasta-se de mais noutros nem se referenciam o facto é alarmante, reparem que Ladrugães precisa como tantas outras aldeias de saneamento, arruamentos e abastecimento de águas condignos, no entanto o excesso deve ser contido como o défice tem de ser contemplado; o gasto nesta aldeia ultrapassa o meio milhão de euros (536.000,00€), 175.000,00€ (saneamento)+ 183.500,00€ (rede de água) + 178.000,00€ (arruamento); enquanto outras aldeias que constam do plano são preteridas.

Obras que vão ficar para as “calendas gregas”: o canil municipal (255.000,00€); instalações sanitárias do mercado municipal (35.000,00€); estação de camionagem (sem dotação) talvez estejam à espera do núcleo de empresas do município falido.

A piscina municipal é um imbróglio que já começa a criar problemas onde não existem; primeiro foi dotado com um orçamento de 1.400.000,00€ atualmente já diminuíram para 820.496,00€ e só gastaram 150.653,90€, esperamos que no próximo verão de 2023 esteja concluída.

Percursos pedonais de Montalegre orçamentados em 255.000,00€ já se gastaram 142.583,53€, não conheço os percursos, mas gostava de saber onde foram aplicados. Sei que em caminhos agrícolas que estavam orçamentados 35.000,00€ e só executaram 7.886,40€. No entanto do plano constavam caminhos que não foram intervencionados como foram requeridos pelas Juntas de Freguesia nas aldeias de Parafita, Venda Nova, Lamas, Vilaça e Carvalhais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Também é notório que Salto teve intervenção nos caminhos no valor de 38.223,60€

A ponte da Assureira ou ponte da vergonha com um orçamento de 95.000,00€, já gastaram 45.634,12€ e o rompimento parece dar cada vez mais no duro, ou estarão à espera do reembolso à Comunidade Europeia.

Quanto a arruamentos vão ficando pelo caminho, caso de Pincães, Cabril, Peneda de Cima, Donões, S. Vicente, Reigoso e Meixide que constando do plano não foram contemplados, apenas Salto 120.000,00€ da EHATB para o Centro Comunitário do Bairro Novo na Borralha, onde já gastaram 65.483,03€, nos Pisões 42.000,00€ e Vilar de Perdizes 14.000,00€; muitas mais aldeias que não foram referidas no plano de atividades estão a espera que se lembrem delas, deixando aqui um apelo às Juntas de Freguesia que não deixem de referir ao executivo o que mais necessitam nessas aldeias esquecidas no concelho, porque em algumas gastam meio milhão e noutras nem tostão.

O centro SIPAM tinha um orçamento cuja dotação era de 1.195.000,00€, mas sabemos que atualmente diminuíram alterando para 701.771,00€

Recentemente Montalegre recebeu o termo de adesão ao RAID (gabinete de Apoio aos Emigrantes e ao Investimento da Diáspora) das mãos do Secretários de Estado Paulo Cafofo, mas gostaria de saber onde estão os interlocutores e os meios e instrumentos. Do que eu sei e que saiu na comunicação social foi a festinha da Associação Cultural de Arcos que nos brindou com a presença de americanos que gostam da nossa terra, graças a duas jovens que tiveram a iniciativa, a Sílvia e a Débora que teve a presença do Vice-presidente do Município de Montalegre David Teixeira apenas para presenciar. Menos contemplados no fim de julho foram os cavaleiros templários da Comanda de Santa Maria em Montalegre com a visita de estrangeiros dirigentes da Ordem dos Templários e emigrantes europeus que dando conhecimento do Capítulo da Ordem à Câmara Municipal, foram-nos cedidas umas instalações numa das salas superiores do Ecomuseu que durante a cerimónia de 4 horas se tornou em autentica sauna, sem que qualquer membro do executivo tivesse a dignidade de apresentar cumprimentos a tão ilustres visitantes. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que não tencionava intervir, mas uma vez que para o deputado Acácio Gonçalves é um erro admitir nos quadros da Câmara as pessoas de que se necessita para o desempenho de funções e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

entende que tudo isso resulta de beijinhos, temos que questionar se o senhor deputado já andaria a dar alguns beijinhos a alguém ou se teve necessidade de andar a pedir à porta para pedir emprego para alguém. A Câmara tem essa legitimidade e obrigatoriedade de receber bem os munícipes, trabalhar bem os assuntos e isso faz-se com pessoas.

Sobre as obras mencionadas, disse que não percebe porque é que a piscina o incomoda quando esta se encontra em fase de execução. Tinha uma dotação, mas com as obras imprevistas e com o aumento dos materiais, vai ficar num valor superior. Isso é que acontece com todas as obras que estão em curso. São orçamentadas num determinado momento e com o decorrer da obra e com a inflação a subir em flecha, no final o empreiteiro tem direito a ser ressarcido.

Com tudo isto, assumiu que está a ser muito difícil elaborar o orçamento para o próximo ano, mas deixa a garantia que as famílias empobrecidas vão ter a maior atenção do executivo.

Sobre os percursos pedonais, admitiu a confusão. Trata-se da intervenção que se fez na Mijareta e com passeios, guias e novo pavimento da rotunda ao pé da Câmara até ao cimo da Corujeira. Esta foi a designação encontrada para os fundos comunitários.

Sobre as obras da central de camionagem, disse que nunca as prometeu. A única coisa que a Câmara fez foi mandar fazer um projeto, para que pudesse ser financiado. Como não houve verbas no quadro comunitário e a obra tinha um orçamento de 800 mil euros, decidiu-se não a fazer. O dinheiro não chega para tudo. Se no próximo quadro comunitário der para encaixar esta obra, poderá vir a ser feita. Caso contrário fica como está.

Falou do canil municipal e disse que só não se fez porque o Instituto de Conservação da Natureza ainda não viabilizou o espaço. Está em perímetro florestal e tem que ser avaliado. Chaves gastou 600 mil euros e passado uma semana estava cheio, continuando a haver animais errantes. Entretanto, do erário público terão que sair 200 mil euros para alimentação dos animais. Esse dinheiro vai impossibilitar que se façam obras nas aldeias que realmente precisam. Assumiu que nunca foi adepto do canil, é uma imposição legal e vai-se fazer, mas os problemas vão continuar.

Relativamente à Ponte da Assureira, foi ele que lhe chamou a ponte da vergonha porque vergonha não tiveram as entidades nacionais que financiaram a ponte e nunca financiaram os seus acessos, isso é que é uma vergonha. Os 500 mil euros que estão a ser gastos, é dinheiro deitado fora por obra e graça do PSD



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

que participou ao Ministério Público e à União Europeia por crime de gestão danosa pelo facto de se ter feito a ponte e não se ter feito a estrada. Para evitar que façam devolver o dinheiro investido na ponte, está lá a gastar-se esse dinheiro. Mas é dinheiro inútil, pois Chaves nunca irá fazer a ligação. Vamos esperar que haja financiamentos nos próximos quadros comunitários e que contemplem verbas para estradas em Portugal.

Informou que a Câmara Municipal foi intimada para pagar uma coima pela Inspeção Geral do Ministério do Ambiente resultante de uma denúncia feita pelo PSD ao Ministério Público e ao ICNF pelo lixo que certas pessoas vão deitar à pista automóvel. Nas bordas da estrada qualquer pessoa pode deixar lixo e também é fácil fazer denúncia. Difícil é mudar comportamentos.

Sobre o Centro SIPAM, disse que, se o inverno for rigoroso, se teme que o prazo para término da obra não seja cumprido e o valor vai ser muito superior.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **2.3. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – Terceira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, terceira alteração modificativa ao Plano Atividades Municipais – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Unanimidade.

### **2.4. Contratação de empréstimo de médio e longo prazo, pelo período de 20 anos, até ao montante de 1.539.878,99 €, destinado ao financiamento de investimento municipal, correspondente à contrapartida nacional – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “ Declaração de voto: o PSD, para as seguintes empreitadas: Piscina Municipal; Centro SIPAM do Barroso; Escola EB1/JI Salto; Escola EB1/JI Cabril e Centro Escolar já manifestou a sua opinião acerca da necessidade e urgência de execução e para nossa surpresa estas empreitadas irão realizar-se pela contratação de um empréstimo bancário na ordem de 1 milhão 539 mil 879 euros, o que nos leva a perguntar a sua excelência Sr. Presidente, o porque da falta de auto financiamento?

O PSD, por diversas vezes, já aqui veio falar da escassez de projetos apresentados e a baixíssima taxa de execução ao nível dos fundos comunitários, que o município apresenta comparativamente com outros municípios nossos vizinhos, e esta contratação vem-nos dar razão.

Conforme afirmei na minha primeira intervenção, há neste momento, uma preocupante inabilidade de angariação de investimento do PRR com apenas 174 mil euros valores aprovados, para já não falar de outros planos como o POCTEP 2021-2027.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o Grupo Municipal do PSD irá votar a favor da contratação do empréstimo bancário, porque sempre defendemos as empreitadas mencionadas, que já deviam estar concretizadas, mas ficando, no entanto, a observação da inépcia e impotência na gestão do capital público e do seu autofinanciamento. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

**Deliberação:** aprovado por unanimidade.

### **2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2022. / Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – Para Conhecimento;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

### **2.6. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União das Freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe, para alargamento e reparação de um caminho agrícola no lugar de Sabuzedo – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.7. Pedido de apoio financeiro formulado pela União das Freguesias de Montalegre e Padroso, para despesas na limpeza de caminhos agrícolas – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.8. Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Reigoso, para obras de beneficiação e pavimentação de diversos arruamentos na aldeia de Ladrugães, incluindo beneficiação do sistema de drenagem superficial e das tubagens de rega – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.9. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2023 – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado José João Moura.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Declaração de voto: Os deputados do PSD vêm justificar o seu voto acerca deste assunto, nos seguintes termos: A proposta apresentada pelo executivo municipal para a fixação de taxas a cobrar no ano de 2023 relativamente à Derrama, mereceu diferente apreciação e sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD. Esse mesmo sentido de voto vai de encontro com aquelas que foram as propostas que a Coligação Todos por Barroso apresentou aos Montalegrenses, na campanha eleitoral, relativamente a esta tributação.

No que à Derrama diz respeito, o nosso voto é contra à proposta apresentada pelo executivo municipal, na medida em que a mesma não se encontra enquadrada no que o PSD propõe para esta tributação. Na verdade, gostaríamos de seguir o exemplo de vários concelhos a nível nacional que utilizam a diminuição da carga fiscal como parte da estratégia de desenvolvimento sustentado do seu concelho. E dou exemplos, de municípios do litoral, supostamente com taxas mais elevadas. Esposende e Póvoa de Varzim, que têm zero por cento de Derrama. Ou seja, a teoria que é o interior que tem taxas baixas cai por terra, porque temos aqui exemplos de municípios do litoral que não tem esse problema e tem taxas bem abaixo de nós. E no interior, sr. Presidente como acontece? Para não estarmos sempre a falar só de Boticas, tenho a dizer-lhe que dentro da CIMATB, existem 3 câmaras que isentam a taxa de derrama para as empresas com sede e atividade no Município, uma delas com executivo autárquico socialista. Mas há mais, e uma bem aqui tão perto, Cabeceiras de Basto Derrama – para empresas com volume de negócios anual até 150.000€ - 0,0% | para empresas com volume de negócios anual superior a 150.000€ - 0%.

Se queremos ser competitivos e atrair empresas privadas de forma a investirem no concelho e criarem postos de trabalho, a taxa proposta de derrama entra em contraciclo com esta demanda. Por isso, somos da opinião que a taxa proposta para a derrama deveria ser 0%, à semelhança dos municípios competitivos do litoral, e dos nossos vizinhos aqui do interior. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que o PSD tem o direito de ter a sua opinião, tal como o PS tem a sua sem se orientar por vizinho algum. O PS



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

orienta-se pela força do próprio querer e das suas convicções e não anda a reboque de ninguém.

**Deliberação:** Aprovado por maioria, com oito votos contra dos deputados José João Moura, António Cascais, Ana Francisca Martins, Sílvia Carneiro, Sandra Gonçalves, José Ricardo Branco, José Acácio Gonçalves e Acácio Gonçalves e com uma abstenção do deputado Manuel Carrelo.

### **2.10. Definição da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2023 – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.11. Definição da Participação Variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) – Taxa a Fixar para vigorar no ano de 2023 – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura e João Carlos Rodrigues.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Declaração de voto: Sr. Presidente, se considera ser rico quem ganha mais de 9870 euros anuais então algo vai mal, pois apenas estas pessoas é que estão isentas de pagamento de IRS.

Relativamente à participação no IRS, somos de opinião que o executivo municipal tinha condições para apresentar uma proposta no sentido da diminuição da carga fiscal que incide sobre os Montalegrenses, tal como acontece em vários concelhos a nível nacional. Os executivos municipais desses concelhos utilizam a diminuição da carga fiscal como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentado do seu concelho, nomeadamente para a fixação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

população jovem e criação de condições de atratividade e competitividade relativamente a outros concelhos. É o caso de Boticas e Vieira do Minho 0% e Cabeceiras de Basto 2%, dados da Autoridade Tributária.

Há cerca de dez anos dos 308 municípios nacionais foram apenas sessenta e quatro municípios nacionais que abdicaram de uma parte da sua comparticipação em IRS; há cinco anos foram noventa e um municípios a abdicar; em 2021 já há 151 municípios a abdicar de toda, ou parte, da sua comparticipação no IRS, em favor dos seus contribuintes com domicílio fiscal naquela área geográfica. Denota-se assim que, de ano para ano, tem-se vindo a assistir a um aumento do número de municípios que abdicam de alguma da sua comparticipação em IRS. Com esta proposta, apresentada pelo executivo municipal, os Montalegrenses continuam a ficar num grupo, cada vez mais restrito, de portugueses que terão de esperar ainda mais tempo por essa devolução ao nível do IRS, saindo assim penalizados no seu rendimento disponível.

Para agravar, tudo isto ocorre numa época em que, contrariamente ao que tanto se quer fazer crer, os dados publicados pelo INE mostram, claramente, que em Portugal continuamos com a carga fiscal no seu máximo histórico e a bater sucessivamente recordes de carga fiscal nos últimos anos. Desde 2016 a 2021 os valores têm vindo sempre a aumentar. No ano de dois mil e dezasseis a carga fiscal suportada pelos portugueses representou cerca de 34,1 % do PIB. No ano 2021 bate-se novo recorde e segundo o Instituto Nacional de Estatística, a carga fiscal foi a mais elevada de sempre, atingindo os 75,6 mil milhões de euros, o que corresponde a 35,8% do PIB nacional. Neste cenário, somos de opinião que um alívio da carga fiscal sobre os Montalegrenses era importante, neste período sensível de escalada

de preços de bens essenciais e dos custos com a energia e gás natural, possibilitando a devolução de uma parte significativa dos rendimentos às famílias do nosso concelho. Claro que surge aqui a questão clássica do Partido Socialista: “Mas com a descida da receita fiscal que propõem como podemos realizar, e financiar, as obras e os projetos que tanto reclama o PSD?”.

Poderiam, e deveriam fazer um maior, e melhor, aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis.

Poderiam também aliviar a carga fiscal que incide sobre as famílias Montalegrenses, sem ter de abdicar da realização de obras importantes para o concelho, se atuarmos ao nível da despesa. Com a redução e eliminação das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

despesas supérfluas do município, e são várias, como é o caso das despesas com assessorias e avenças, que têm aumentado significativamente nos últimos anos, e sem que daí resultem ganhos relevantes para o município de Montalegre. Pelo exposto, o Grupo Municipal do PSD votará contra na proposta relativa à taxa da participação no IRS. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Compreende-se, e era merecido e justo alterar a participação variável no IRS. Mas a Câmara tem de decidir. E decidiu bem. Como decidiu bem nos pontos anteriores ou no ponto seguinte.

Decidiu manter a taxa de participação variável no IRS porque estamos, hoje ainda mais, numa situação muito difícil por razões que todos conhecem.

Não é má gestão autárquica, não é má governação do país, não é um problema normal de inflação, não é um problema da economia por circunstâncias evitáveis pelo Governo ou pelos bancos centrais, é um assunto mais grave, muito, muito mais grave: É a guerra.

A guerra que a Rússia lançou na Ucrânia e em muitas frentes de forma híbrida contra a Europa, é uma guerra contra a democracia, contra os valores europeus, contra a liberdade, contra o humanismo, contra a paz.

E é essa guerra que nós estamos a enfrentar, que temos de continuar a enfrentar, e que não podemos perder. Mas que todos temos de pagar.

E entre todos há sempre uns que são mais afetados que outros e que por isso precisam de ajuda e solidariedade.

É para essa ajuda extraordinária e para novas medidas sociais que a Câmara terá de tomar que decidiu manter esta receita do IRS.

Para isso, mas também para continuar a garantir o já existente: apoios diretos à produção pecuária; apoio aos agricultores através da OPP; apoio aos agricultores na promoção da batata; apoio aos agricultores através do matadouro; apoio na comercialização do fumeiro; apoio na habitação social; apoio a carenciados com ajuda na compra de medicamentos; apoio a estudantes com bolsas de estudo ou material escolar; apoio à família.

Para que se mantenha tudo isto também e se alargue a outras emergências que aí estão, é merecido e justo que se aprove esta proposta. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

**Deliberação:** Aprovado por maioria, com oito votos contra dos deputados José João Moura, António Cascais, Manuel Carrelo, Sílvia Carneiro, Sandra Gonçalves, José Ricardo Branco, José Acácio Gonçalves e Acácio Gonçalves e com uma abstenção da deputada Ana Francisca Martins,

### **2.12. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2023 – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.13. Minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, a leitura desta minuta levantou-nos muitas dúvidas e dá azo a diferentes interpretações.

De forma a tomarmos uma decisão na votação da mesma, gostaria que sua Excelência esclarecesse as seguintes dúvidas:

Na cláusula 2ª, ponto 1, alínea l) que passo a ler: “Disponibilizar as suas instalações para as ações desportivas, sócio desportivas ou outras que venham a ser programadas ou apoiadas pela Câmara Municipal”; e na alínea p) e cito novamente “Disponibilizar o Estádio Municipal Dr. Diogo Vaz Pereira e sempre que seja necessário para outros clubes que não sejam os residentes, sempre em coordenação com as direções dos clubes e um técnico do Município de Montalegre”.

Sendo assim em primeiro lugar o que entende por clubes residentes, no plural?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Em segundo lugar, como justifica a articulação destas duas alíneas com o facto de um clube do concelho não poder usufruir do estádio Municipal Dr. Diogo Vaz Pereira e ter que jogar fora do concelho, pois o seu estádio municipal que sofreu obras de requalificação em 2017, no valor de 300 000 euros, não ter as medidas regulamentares da FPF? Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que os clubes residentes são os clubes existentes no concelho. Quanto ao facto de o Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes não jogar no estádio municipal de Montalegre, prende-se com o facto da FPF não o permitir.

Disse que se congratula com o facto do PSD tomar as dores do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes por ir jogar fora, mas nunca o viu tomar as mesmas dores para com o Grupo Desportivo e Cultural de Salto. Este grupo está desde sempre a competir fora de casa. No ano passado andou no Campeonato Nacional de Futsal e vai treinar a Boticas, a Vila Pouca, a Ribeira de Pena e a Cabeceiras de Basto porque não tem pavilhão e nunca viu ninguém vir falar sobre isso.

**Deliberação:** Aprovado por maioria com cinco abstenções dos deputados José João Moura, António Cascais, Manuel Carrelo, Sandra Gonçalves e Ana Francisca Martins.

### **2.14. 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montalegre para o ano de 2022 – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.15. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 2º grau, para Chefe da Divisão Sócio Cultural e Educação – Unidade Flexível de 2º grau – Aprovação;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

**Deliberação:** Aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

### **2.16. Plano de Comunicação para Emergência na Qualidade e Quantidade de Água para Consumo Humano – Aprovação;**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.17. Plano de Contingência para Situações de Seca – Aprovação;**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **2.18. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Alberto Fernandes.

O deputado Alberto Fernandes em representação do Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte proposta à Mesa: “Nos termos da alínea I) do n.º:1 do artigo 17.º da Lei n.º147/99 de 1 de setembro, lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP), na sua atual redação, integram a comissão de proteção de crianças e jovens na sua modalidade alargada “Quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo”.

A Assembleia Municipal designou os quatro cidadãos eleitores para a Comissão Alargada da CPCJ em Montalegre, sendo que estes são designados para o exercício de um mandato com a duração de três anos, o qual pode ser renovado por duas vezes, de acordo com o disposto no n.º:1 do artigo 26.º da LPCJP.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

Relativamente aos procedimentos a observar no final do mandato de cada membro da CPCJ, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens emitiu Recomendações que referem que, com o fim da duração do mandato de membro anteriormente indicado ou designado por órgão autárquico, as CPCJ devem solicitar ao competente órgão da autarquia informação sobre eventual continuação de tal representação, no âmbito de novo mandato, se esse membro não tiver ainda atingido a duração máxima de exercício de funções permitida por lei.

Em face das recomendações emitidas, o Presidente da CPCJ, Dr. João Carlos Moura Rodrigues, informou da data do fim de mandato da cidadã eleitora Luísa Leonor Lopes Pires, membro designado pela assembleia municipal, com indicação de que a mesma pode continuar a exercer tais funções por um novo período de três anos e tendo em conta a disponibilidade que a mesma manifestou em continuar.

Em conformidade, proponho à Exma. Assembleia Municipal a renovação do mandato da cidadã eleitora designada pela Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea I) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, na sua atual redação, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins Fernandes.”

Posta à votação por escrutínio secreto, Luísa Leonor Lopes Pires foi eleita com trinta e cinco votos a favor, três votos contra e três votos brancos.

O Senhor Presidente da Assembleia entregou o seguinte documento à Mesa: “Queria felicitar a professora Luísa Leonor pela eleição, mas sobretudo pela sua disponibilidade em continuar a integrar a CPCJ. É um grande exemplo de cidadania. Estar nestes lugares é prestar um serviço social e humano da maior importância. Exige muita ponderação e muita coragem.

E permitam-me que alargue a felicitação e o reconhecimento a todos e a todas quantos trabalharam ou trabalham nesta instituição. Todos os membros estão a dar tempo da sua vida particular à sociedade, todos ouvem muito, veem muita coisa e ponderam tudo com as autoridades da Segurança Social. Tudo em defesa do supremo interesse da criança. É a criança que está em causa.

E é sempre fácil dar opiniões e fazer críticas sentimentais legítimas até, mas deixar também asneiras na praça pública sobre qualquer decisão. E não se sabe ou não se quis saber que o que a fundamentou é sempre muito sério, com muito trabalho e ponderação, envolve vários técnicos e o Ministério Público, e é tomada ao abrigo das leis e no respeito pelo supremo direito e interesse da criança. Não de outros, da criança.

E os membros destas equipas, e quem toma decisões, são algumas vezes, injustamente e até maldosamente criticados, e tem de ouvir e calar porque tem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

---

sempre o dever do sigilo e a obrigação da proteção do superior interessa da criança.

O nosso respeito e o agradecimento pela dedicação de todos a uma causa tão difícil, mas nobre como esta. Bem hajam. assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues.”

### **2.19. Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, “Edifício de Finanças – Tesouraria (FRAÇÃO A)” – Para conhecimento.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **2.20. Resinorte – Relatório de contas 2021 – Para conhecimento.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3. – Intervenção do Público.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, terminada a discussão da ordem do dia, deu a palavra ao público, não tendo havido inscrições para intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

**O Presidente da Assembleia**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernando'.

Fernando José Gomes Rodrigues

**O 1º Secretário**

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

**O 2º Secretário**

Maria de Fátima da Silva Crespo